

ASSESPRO

PODER LEGISLATIVO CÂMARA DOS DEPUTADOS Centro de Estudos e Debates Estratégicos (CEDE)

Audiência Pública: A Automação e os reflexos na empregabilidade

Foi realizada na quinta-feira (7), no âmbito do Centro de Estudos e Debates Estratégicos (CEDE) da Câmara dos Deputados, a audiência pública para discutir **a automação e os reflexos** na **empregabilidade**. O evento foi presidido pelo deputado Hélio Lopes (PL/RJ), autor do requerimento, que destacou a importância dos estudos conduzidos pelo CEDE para o aperfeiçoamento de políticas públicas sobre o tema.

Participaram como expositores:

- Aguinaldo Nogueira Maciente, especialista em Políticas de Emprego e Mercado de Trabalho do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil;
- Luis Claudio Kubota, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);
- Gilson Geraldino da Silva Junior, professor Adjunto Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O deputado **Hélio Lopes (PL/RJ)** pontuou que a audiência teve o objetivo de analisar a complexidade da Inteligência Artificial (IA), seus possíveis impactos no mercado de trabalho, as alterações no status social e na remuneração das profissões, bem como os desafios para a qualificação profissional. Destacou que a IA é uma realidade que exige respostas proativas nas áreas de educação, políticas públicas e reestruturação social para que se garanta uma transição suave ao futuro do trabalho.

Aguinaldo Nogueira Maciente da OIT, destacou que o tema compõe uma pauta importante para a Organização, uma vez que a transição digital impacta o mundo do trabalho, criando novas ocupações, modificando suas formas e metodologias, e destruindo ofícios mais convencionais, deslocando muitos indivíduos para outras funções. As oportunidades advindas desse processo são: (i) a possibilidade de alcançar novas carreiras; (ii) a oportunidade de realizar trabalhos remotos; (iii) a diminuição das barreiras geográficas; e a (iv) transformação das habilidades necessárias para muitas ocupações. Já os desafios perpassam: (i) a substituição de trabalhadores que realizam tarefas rotineiras; (ii) a perda de empregos em alguns setores; (iii) a geração de novas desigualdades sociais; (iv) a criação e revisão de novas políticas públicas; e (v) o acesso a novas qualificações.

Ao apresentar os resultados de uma pesquisa conduzida pela entidade, revelou que os impactos da IA variam quanto à natureza do trabalho, o nível de desenvolvimento da sociedade e o gênero. Em relação ao primeiro, evidenciou que setores mais rotineiros e administrativos são os que apresentam maior exposição a essas transformações e tendem, portanto, a reduzir as oportunidades de emprego. Em relação ao segundo, destacou que os países ricos apresentam efeitos mais disruptivos, uma vez que a IA é incorporada de forma mais rápida às estruturas sociais e há um ganho líquido crescente à toda a sociedade. Já os países em desenvolvimento, por seu turno, são menos afetados, pois apresentam um processo de incorporação lenta que restringe os ganhos a setores específicos.

Em relação ao viés de gênero, pontuou que as funções desempenhadas por mulheres são 2,5% mais prováveis de serem impactados do que as desempenhados por homens, de acordo



com a pesquisa. Assim é preciso analisar não apenas a quantidade de trabalhos impactados, mas as dimensões afetadas pela automação. A pesquisa revelou ainda a previsão de que 2% dos trabalhos sejam extintos nos países em desenvolvimento, ao passo que as demais ocupações tenderão a ser potencializadas pela IA, o que abre um cenário de oportunidades para se repensar os conteúdos, as metodologias, as técnicas e as formas de trabalho usualmente praticados.

O Brasil, embora apresente um nível de renda média-alta, na sua avaliação, ainda segue a tendência dos países em desenvolvimento, o que permite inferir que as tecnologias da IA não serão, no curto prazo, disruptivas. O palestrante destacou as seguintes **propostas** para adequar o país ao novo contexto: (i) políticas públicas para mitigar os efeitos negativos da automação; (ii) maior investimento em educação e treinamento; (iii) o desenvolvimento de uma cultura para habilidades digitais; (iv) programas de requalificação para os trabalhadores deslocados; (v) maior articulação entre governo, entidades, empresas e terceiro setor; (vi) redes de segurança social; e (vii) programas de assistência social para que se articule uma transição digital justa.

Luis Claudio Kubota do IPEA, destacou a vanguarda do Congresso Nacional na discussão sobre o tema. O convidado concordou com Aguinaldo Maciante quanto aos setores de maior impacto pela IA e, por isso, pontuou a necessidade de se levar em conta alguns recortes para analisá-los, tais como faixa etária, gênero, raça, escolaridade e nível de desenvolvimento local, que fornecem insumos importantes para se pensar as políticas públicas. Assim, não é a tecnologia em si que determina quais setores, regiões ou grupos serão mais ou menos afetados, mas sim a economia política, especialmente, a decisão regulatória que estabelece limitações ou oportunidades. Nesse sentido, **não há como pensar a evolução da IA sem a mediação das políticas públicas**.

No setor privado, destacou que "a IA não cairá de paraquedas". Isso porque, considerando os cálculos feitos pelos empresários, existe a preocupação com os riscos do investimento alto nessa tecnologia, que forçam uma implementação gradual. Assim, o exemplo de outros países permite constatar que a entrada na era da indústria 4.0 atravessa alguns passos como: digitalização, conectividade, visibilidade, transparência, capacidade preditiva e, finalmente, adaptabilidade ao novo modelo. No Brasil, porém, a construção dessas etapas lida com o enfrentamento de problemas estruturais, como o analfabetismo e a necessidade de maior qualificação educacional, por exemplo. Assim, no curto prazo, não há motivos para se desesperar quanto à suposta extinção de certas profissões.

Gilson Geraldino da Silva Junior da UFSC, seguiu a tendência de seus antecessores para destacar que a preocupação com a extinção ou substituição de muitas profissões é um problema que deve ser analisado junto a um contexto maior, mais complexo.. Há dimensões mais profundas que, como revelam pesquisas internacionais, ainda são incertas quanto aos possíveis impactos para a sociedade.

Nesse sentido, pontuou que o desenvolvimento tecnológico demanda a construção de uma massa crítica que, na atual conjuntura brasileira, é escassa devido à falta de recursos e o sucateamento dos institutos e universidades federais. Essas instituições encontram-se incapacitadas de promover a inovação da área. Para evidenciar seu argumento, compartilhou dados sobre os investimentos realizados pelos EUA e pela China em seus centros de pesquisa.

A partir das informações apresentadas, indicou as seguintes **propostas** para o caso brasileiro: a criação de uma **mobilização nacional pela ciência, tecnologia e inovação**; e a construção de fóruns permanentes para a discussão do tema e avaliação de seus resultados.



professoras medidas mitigariam o risco do Brasil ficar de fora da produção e geração de conhecimento tecnológico e de ser dependente dos países detentores dessa tecnologia, colocando em risco a soberania nacional.

DEBATES

Angelo Azevedo Queiroz consultor legislativo da Câmara dos Deputados, questionou qual o posicionamento da OIT em relação aos trabalhos realizados por aplicativos. Aguinaldo Maciente respondeu que a Organização não possui abordagem definitiva, uma vez que muitos estudos estão sendo realizados para recomendações mais sólidas. Lembrou ainda que cada país regula a atividade a partir de suas legislações trabalhistas e isso é um grande desafio para a normatização coletiva.

Queiroz também questionou se a "vantagem competitiva dos jovens", dada a facilidade com o manuseio das novas tecnologias, os torna menos propenso ao desemprego. Para **Maciente**, essa faixa etária convive com o desemprego, o subemprego e as oportunidades que estão abaixo de suas expectativas, diariamente. O desafio que se instala é ampliar a qualidade do ensino superior em articulação ao mercado de trabalho para que haja uma continuidade entre formação e empregabilidade.

Ainda, Queiroz indagou em que estágio o Brasil está no atraso tecnológico em comparação aos demais países. **Kubota** lembrou que há níveis diferentes de desenvolvimento entre os países e dentro dos próprios países. Portanto, a comparação deve ser mais analítica. Destacou que, já que os dados são o "petróleo do futuro", o Brasil está em posição privilegiada, uma vez que possui grandes bancos. O que falta é transformar esses insumos em inteligência e inovação.

Quando questionado sobre a viabilidade de fundos específicos para as pesquisas científicas no Brasil, **Gilson Geraldino** entendeu que tais recursos precisam ser melhor aproveitados. A estrutura de financiamento deve combinar investimentos públicos e privados e deve oportunizar espaços representativos na sua gestão.

Por sua vez, **Guilherme Pereira Pinheiro**, consultor legislativo da Câmara dos Deputados, questionou como a evolução da IA pode ampliar as desigualdades regionais. Para **Maciente**, não há estudos no âmbito da OIT que se debrucem sobre o tema. Entretanto, a partir de algumas pesquisas análogas, é possível diagnosticar que os empregos urbanos são os mais afetados. Assim, as regiões Sul e Sudeste do Brasil, onde a urbanização é mais intensiva, tendem a sofrer maiores impactos pelo avanço da IA, elevando, assim, as desigualdades regionais.

Kubota, em posicionamento divergente, lembrou do exemplo do Centro Oeste, em que o emprego de tecnologias diminuiu as desigualdades entre o campo e a zona urbana.

Gilson Geraldino, em contraste, destacou que a sociedade brasileira é permeada por estruturas que condicionam as desigualdades. Assim, a adoção da IA provocará o aumento dos contrastes.

ENCERRAMENTOS DOS TRABALHOS

O deputado Hélio Lopes encerrou a sessão informando que, no próximo ano, o CEDE retomará a pauta para fortalecer a agenda sobre IA e seus impactos para o mercado de trabalho.